



PRIMEIRO MINISTRO

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO KAY RALA XANANA GUSMÃO

POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA 16TH SERVICE LEARNING PROGRAM DA AJCU-AP 2026 SOBRE PAZ E RECONCILIAÇÃO: UMA PERSPETIVA DA EXPERIÊNCIA DE UM PAÍS PÓS-CONFLITO

**“Da Luta Armada à Construção Nacional: o Percurso de Timor-Leste para a
Paz, a Integração Regional e a Solidariedade Global”**

Instituto São João de Brito
Hera, Timor-Leste
7 de agosto de 2026



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Dili, Timor-Leste

Excelências

Caros Representantes e Docentes das Universidades e Colégios Jesuítas da Ásia-Pacífico (AJCU-AP)

Estimados jovens participantes no programa AJCU-AP Service Learning

Distintos Convidados

Senhoras e Senhores,

É para mim uma honra estar aqui hoje, nesta instituição de ensino superior jesuíta em Timor-Leste, para participar nesta conferência dedicada à paz e reconciliação.

E é ainda uma honra maior recebê-los em Timor-Leste, muitos de vós pela primeira vez. A vossa presença, vindos de diferentes países da região, é um sinal concreto de solidariedade.

É também uma expressão daquilo que a rede regional de instituições de ensino superior jesuíta da região Ásia-Pacífico, através do seu programa de “Service Learning”, representa: aprender servindo, e servir aprendendo.

Para nós, timorenses, esta é uma linguagem que nos é muito familiar. Erguemos o nosso Estado-nação servindo e aprendendo uns com os outros, sobretudo nos momentos mais difíceis da nossa história.

O vosso tema de hoje, **“Da Luta Armada à Construção Nacional: o Percurso de Timor-Leste para a Paz, a Integração Regional e a Solidariedade Global”**, convida-nos a olhar para a paz e para a reconciliação não como meros clichês, mas como um processo exigente de memória, cura e responsabilidade partilhada.

E é precisamente a partir da história de Timor-Leste que partilho as minhas reflexões, atrevendo-me a seguir o modelo das escolas jesuítas, ou o Modelo Pedagógico Inaciano de “Contexto, Experiência, Reflexão, Ação e Avaliação”.

Começo então por fazer uma breve contextualização histórica do percurso desde a luta armada à conquista da independência – uma crónica de resistência, de identidade e, sem dúvida, de fé do povo timorense.

Vivemos durante 400 anos sobre o jugo colonial português, o qual se resume na memória da “Cruz e a Espada”. A colonização não simbolizou unicamente a dominação pela força, mas também um processo de evangelização e educação dos timorenses.

Em Timor-Leste, a Cruz (a Igreja ou poder religioso) teve um impacto muito mais profundo e duradouro do que a Espada (ou o poder militar).

Na verdade, o papel que a Igreja teve na educação dos timorenses é indiscutível. E refiro-me não apenas à instrução formal dos “mestres-escola” e das primeiras gerações de alfabetizados, mas também à formação moral e espiritual.

Uma formação orientada para a justiça, reconciliação, amizade e outros valores sociais fundamentais. Como, aliás, recordou o Papa Francisco em *Fratelli Tutti*, a fé deve traduzir-se em respeito pela dignidade humana, no cuidado pelos mais frágeis e num compromisso ativo pela paz.

Do Seminário Menor de Soibada aos outros seminários e primeiras escolas, o berço da educação timorense, que levou a fé cristã às aldeias de todo o país, formou também a primeira “elite” timorense, a qual mais tarde, em 1974-1975, liderou os movimentos políticos do país.

A Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, trouxe a esperança de democracia e independência ao nosso pequeno país, mas com as devidas limitações da época.

Se a educação era muito limitada na altura, a formação universitária era inexistente. Além disso, os timorenses desconheciam por completo as dinâmicas regionais e não tinham uma visão ampla do mundo.

Ou seja, o espírito revolucionário da época, cruzou-se com um povo cheio de vontade de emancipação, mas completamente impreparado.

A um processo de descolonização apressado, juntou-se a inexperiência política dos poucos timorenses letrados, e o fervor improvisado de uma maioria jovem em busca de autonomia e oportunidades. Isto levou a formas de pensar diferentes, a graves divisões internas e a atos de violência entre nós, mesmo antes da ocupação estrangeira.

Muitas vezes o conflito emerge simplesmente pela falta de diálogo, respeito mútuo e tolerância. A ausência destes valores revelou-se tão perigosa quanto os interesses estrangeiros de dominação.

Assim, nesta cronologia resumida, posso dizer-vos que declaramos unilateralmente a nossa independência de Portugal para, apenas 9 dias depois, sofrermos o choque da invasão indonésia.

A ocupação foi prolongada, foi violenta e desproporcional – quer em termos de meios humanos e militares, mas também em termos de apoios vindos de países terceiros.

No entanto, esta ocupação, veio revelar também que, apesar das nossas diferentes ideologias e dos divisionismos internos, a identidade timorense e o desejo de viver em dignidade, eram muito superiores.

Em resposta às crescentes prisões, execuções e derrotas militares nos primeiros anos de guerra, foi emergindo uma resistência cada vez mais corajosa, unida e abnegada.

Sofremos, completamente isolados, deslocamentos forçados, fome, doença, torturas e massacres.

Este período negro da nossa história, marcou o nosso passado e o nosso futuro. As feridas da violência e o sofrimento terrível do nosso povo, nunca poderão ser esquecidos.

Meus caros jovens,

Durante o período da ocupação, o povo timorense foi colocado perante uma escolha existencial: ser indonésio e muçulmano, ou timorense e cristão.

Esta foi uma escolha difícil pela fé, cultura e identidade nacional. Foi nessa altura que o nosso povo se virou irreversivelmente para a igreja, com batismos em massa, tanto enquanto afirmação de identidade nacional, como de recusa à assimilação.

Mas não foi somente este o papel da Igreja na nossa luta pela independência. Os sacerdotes e religiosas acolheram e cuidaram do povo timorense durante a luta armada, deram apoio moral aos timorenses perseguidos e foram, ainda, uma importante ponte entre a resistência armada na montanha, na clandestinidade e no exterior.

Olhando agora para trás, também podemos reconhecer com honestidade os erros e fraquezas da fase inicial da nossa resistência – as clivagens ideológicas, a intolerância a outras opiniões e objetivos, e até a incompreensão do real contexto internacional.

Mas com o tempo, fomos aprendendo a ler melhor o mundo, a dialogar entre nós, a apoiar-nos na fé do nosso povo, a fazer uso da diplomacia e do direito internacional e a transformar o sofrimento e o sacrifício de todos numa legitimidade moral reconhecida internacionalmente.

Foi assim que, com o empenho de todo um povo, a nossa luta se libertou de rótulos partidários e ideológicos, e se tornou verdadeiramente nacional, dando origem a uma unidade que abriu o caminho para a liberdade e a independência de Timor-Leste.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Em 1999, após 24 anos de luta e de sofrimento, o povo de Timor-Leste, sob a égide das Nações Unidas, exerceu o seu voto pela independência numa consulta popular histórica.

O direito internacional e o compromisso pela paz venceu quando, em 20 de maio de 2002, restaurámos a independência nacional.

Este foi um dia memorável para o povo timorense. O dia em que encerrámos um período de luta armada, mas também o dia em que iniciámos outra luta igualmente difícil – a de construção de um Estado pacífico.

Num país que nasce das ruínas, os desafios são imensos. Tínhamos as infraestruturas destruídas, um tecido social profundamente fragmentado e memórias traumáticas que atravessavam quase todas as famílias.

Para além da destruição material, havia fraturas internas entre timorenses: mágoas profundas e desconfianças acumuladas ao longo de décadas.

Foi necessário construir tudo ao mesmo tempo, desde as instituições do Estado, a uma economia minimamente funcional, à reconstrução de todas as infraestruturas básicas, a um sistema educativo e de saúde que chegasse ao povo, da capital de Díli às áreas remotas.

Perante este cenário, fizemos uma opção política e moral decisiva pela reconciliação.

Tínhamos consciência de que a vitória não podia ser transformada em vingança. O diálogo e o perdão, entre nós timorenses e com os nossos vizinhos indonésios, seriam os pilares da paz justa e duradoura que queríamos construir.

Desde então e até hoje, promovemos a memória, mas não o ressentimento. No fundo, aqui reside a verdadeira coragem: a de perdoar, sem apagar a verdade.

Senhoras e Senhores
Caros Jovens e Estudantes,

E assim demos os primeiros passos na construção do nosso Estado de direito democrático. A Constituição passou a ser a nossa “nova arma” de luta, consagrando os valores pelos quais lutámos: a autodeterminação, o multipartidarismo, a liberdade de expressão civil e religiosa, a igualdade entre homens e mulheres, a proteção das nossas línguas, cultura e identidade e o respeito inalienável pelos direitos humanos de cada timorense.

Com o tempo, fomos também compreendendo que a paz não significa apenas a ausência de guerra. Um Estado jovem é, também, um Estado frágil, onde para cada conquista, se contam inúmeros insucessos, perante a frustração de um povo sofrido.

A paz autêntica implica desenvolvimento humano e justiça social. Implica combater a pobreza e as desigualdades, garantir acesso à educação e à saúde, criar emprego digno, sobretudo para os jovens, e assegurar a inclusão de todos nos processos de decisão.

A união em torno da causa comum de desenvolvimento, tornou-se novamente elementar para garantir a estabilidade nacional.

Só assim a paz deixa de ser um discurso abstrato e se torna experiência concreta de dignidade na vida diária do nosso povo.

O nosso contexto e experiência de conflito e sofrimento levou-nos também à ação e à avaliação constante dos nossos erros e fracassos, sempre visando a correção das instituições, a

melhoria dos sistemas e procedimentos da administração pública, e assim servir para melhorar as condições de vida dos timorenses.

Este percurso fez de nós um Estado soberano com voz própria. Deixámos de ser um país esquecido, para sermos um ator regional e global.

A nossa identidade contemporânea já não é apenas a de um “povo que sofreu e resistiu”, mas também a de um “povo que quer construir a paz” no espaço regional e global.

A mesma autoridade moral conquistada na resistência é hoje chamada a traduzir-se em liderança construtiva, o que nos levou também a empenharmo-nos no processo de adesão à ASEAN, enquanto eixo central da nossa política externa.

A adesão de Timor-Leste à ASEAN, em outubro de 2025, representa um marco histórico no nosso percurso de 24 anos de Estado independente.

Esta conquista foi o resultado de um longo processo de preparação interna, de diálogo franco com os nossos vizinhos e parceiros, e de um compromisso firme com os valores, regras e mecanismos que estruturam a comunidade regional do Sudeste Asiático.

Para os timorenses, pertencer à ASEAN representa mais do que a inserção num espaço geopolítico e socioeconómico. Representa fazer parte de uma “família humana”, com a qual nos identificamos e com a qual queremos crescer e prosperar.

Mais do que uma plataforma privilegiada de integração económica e de diversificação comercial e de investimento, a ASEAN é uma oportunidade para o desenvolvimento social e humano dos timorenses.

E é, neste período de plena tensão geopolítica, uma procura de união de esforços para enfrentar os grandes desafios globais – da segurança humana, alimentar, energética, tecnológica e climática – com contenção, humanismo e promoção da paz.

Para Timor-Leste, a integração regional é vista ainda como uma oportunidade para o alargamento do diálogo cultural entre os povos e mais uma oportunidade para aprender servindo, e servir aprendendo.

A experiência de Timor-Leste, enquanto país saído de um conflito, que escolheu a reconciliação em vez da vingança, é assim colocada ao serviço da ASEAN e da comunidade internacional.

Também a nossa prática no recurso ao direito internacional para a resolução pacífica de conflitos é agora partilhada, como é também exemplo as negociações de fronteiras marítimas com os nossos vizinhos, como um contributo concreto para um mundo mais justo.

Caros Jovens
Senhoras e Senhores,

Timor-Leste comprometeu-se na defesa do diálogo, do multilateralismo e da solidariedade internacional.

Também por esta razão, apoiámos e liderámos a constituição do g7+, formalizado em Díli, em 2010.

Esta organização intergovernamental de países afetados por conflito e fragilidade empenhou-se em compreender, em cada contexto nacional, as raízes profundas dos seus problemas, com vista à construção da paz, ao reforço do Estado e ao fortalecimento da cooperação entre as nações.

Os países frágeis não podem ser apenas recetores de ajuda. Podem e devem ser também produtores de conhecimento e parceiros ativos no desenvolvimento e consolidação da paz. A experiência de sofrimento não é apenas uma ferida; pode transformar-se em autoridade moral ao serviço de reformas globais mais justas.

É esta a mensagem que o g7+, nascido aqui em Timor-Leste, procura levar ao mundo, num tempo marcado por guerras, migrações forçadas, desigualdades crescentes e crise climática. Não poderá haver paz global verdadeira, enquanto não houver justiça para os povos mais pobres, vulneráveis e em guerra.

Vivemos hoje num mundo em que, em vários continentes, assistimos a conflitos abertos e guerras prolongadas, a uma crescente polarização política e cultural, à tentação recorrente de resolver diferenças pela força e não pelo diálogo.

Os timorenses podem afirmar, com convicção, que não há verdadeira paz fundada na mentira ou no esquecimento. É preciso salvaguardar a memória e a verdade. E é preciso coragem para escutar, para corrigir e reconstruir.

Isto é reconciliação. A reconciliação é justiça, individual e coletiva. A reconciliação é uma escolha corajosa para construir um futuro comum.

É aqui que entra também o papel dos jovens e das universidades jesuítas. Vocês, estudantes da AJCU-AP, vêm de diversos países da Ásia-Pacífico, e sabem que também as vossas sociedades enfrentam desigualdades, exclusões e tensões.

A tradição jesuíta fala de formar “homens e mulheres para e com os outros”: pessoas que entendem a liderança como prática moral, não apenas como posição de poder.

Pessoas que valorizam o discernimento, o diálogo, o serviço e a solidariedade.

Pessoas que encaram a paz não como um dado adquirido, mas como um trabalho árduo e diário.

Espero que, com este programa de “Service Learning” em Timor-Leste, possam encontrar caminhos para a construção da paz nas vossas sociedades, na nossa região e no mundo.

Em nome do Governo de Timor-Leste, agradeço à AJCU-AP, ao Instituto São João de Brito, à CEIPAR e a todos os que possibilitaram este encontro.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão